



# Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## Termos de fomento

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Santos, Benedito Furtado (PSB), está indignado com a morosidade da Administração Municipal em encaminhar ao Legislativo os projetos de lei que autorizam o Executivo a celebrar os termos de fomento com diversas entidades da Cidade, que oferecem importantes atividades à população. "Todos os vereadores sabem que até o prefeito sancionar a lei e pagar (os valores), o ano já terá acabado e esses recursos serão perdidos", explicou. A verba liberada precisa ser utilizada pelas instituições até o final do atual exercício. Para exemplificar a indignação do socialista, somente na sessão da última quinta-feira o Executivo encaminhou ao Parlamento mais quatro propostas relacionadas a termos de fomento. Diante disso, Furtado pretende discutir com os colegas de plenário a necessidade de alterar a legislação municipal, a fim de que proposições desse gênero sejam encaminhadas à Casa de Leis até maio ou junho.

## Desabafo

O vereador foi claro que é preciso ter mais tempo para a Câmara analisar e aprovar esse projetos, bem como para as instituições gastarem o dinheiro. "Nós estamos fingindo que estamos mandando o fomento, a Prefeitura está fingindo que está pagando e as entidades pensando que estão recebendo", frisou.

## Pingo nos is

O presidente da Câmara, Rui De Rosís (MDB), fez questão de explicar ao público que essa situação não é provocada pela Câmara e, ainda, que essa cobrança para agilizar o envio dos projetos já foi feita à Prefeitura em outras oportunidades.

## Apelo ao tucano

A deputada estadual Janaina Paschoal (PSL) aproveitou a visita do governador João Dória (PSDB) na Assembleia Legislativa, na última quinta-feira, e pediu para o tucano ter um olhar especial para a população de São Vicente, em especial aos moradores da Área Continental, que estão sendo prejudicados com a interdição da Ponte dos Barreiros.

## Alerta vermelho

"É uma situação de emergência que está afetando muitas famílias, em especial as crianças", destacou a deputada, que indicou uma emenda de R\$ 40 milhões para ser incluída no orçamento paulista de 2020, para a reforma dessa ligação viária.

## Avaliação

Os organizadores da 2ª edição do Fórum Social da Baixada Santista convidam o público a participar da reunião de avaliação sobre o evento, realizado no mês passado. O encontro ocorrerá amanhã, às 17h30, no Edifício Central da Unifesp, que fica na Rua Silva Jardim, 136, Vila Mathias, em Santos.



## Amor pela arte

Na última semana, o prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), encaminhou à Câmara o Projeto de Lei Complementar nº 108/2019, que institui o Programa Municipal de Incentivo Fiscal de Apoio à Cultura.

## O pioneiro

Curiosamente, o vereador Bruno Orlandi (PSDB - foto) havia apresentado proposta de igual teor, em março do ano passado. O texto já recebeu os pareceres das comissões permanentes da Casa e está pronto para entrar na pauta do dia desde o fim de março deste ano.

## Reforço de caixa

A Câmara de Santos deve analisar em breve o Projeto de Lei nº 378/2019, que autoriza a Administração Municipal a contrair um financiamento de até R\$ 60 milhões junto à Caixa Econômica Federal.

## Gastos inesperados

Na justificativa, o prefeito cita que a contratação dessa operação de crédito será necessária para atender às obras viárias em execução na entrada da Cidade (pela Via Anchieta), devido às "adequações no projeto que permitirão maior qualidade nas questões de segurança, compatibilização de drenagens e para utilização no pagamento de despesas não previstas".

**CIDADES**

# Santos quer taxar apps de transporte

Proposta do Executivo tramita na Câmara

DA REDAÇÃO

Uma taxa mensal cobrada das empresas para utilização do sistema viário da Cidade, de acordo com as corridas feitas no Município. Esse é um dos itens do Projeto de Lei nº 359/19, de autoria do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros na Cidade.

Para fazer a cobrança, cujo valor não foi estipulado na proposta, a Prefeitura pretende se basear em dados de uso enviados pelos aplicativos, o que seria obrigatório, conforme o texto. Não há informação se a medida vai deixar os serviços mais caros. Procuradas ontem para comentar o assunto, as empresas Uber, Cabify e 99 não se manifestaram até o fechamento desta edição.

A proposta tramita na Câmara. Entre as exigências, estaria o cadastramento das empresas de aplicativo junto à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de Santos.

Na quarta-feira, às 18 horas, haverá uma audiência

## NOVO OLHAR

Em 25 de novembro, a Região em Pauta, evento realizado pelo Grupo Tribuna, promoveu debate sobre a mobilidade urbana. Na ocasião, a coordenadora da Agem, Raquel Chini, defendeu o fortalecimento de decisões metropolitanas e citou o transporte por apps, que deveria seguir as mesmas regras. Cubatão disse não poder adotar medidas por não ter regulamentação. As outras cidades concordam com Raquel.

pública para discutir o tema. Atualmente, o projeto passa por avaliação das comissões do Legislativo.

O texto foi encaminhado ao Legislativo em 25 de novembro. Por ainda requerer avaliações e debates, o que pode resultar em emendas dos vereadores, a questão só deverá ter um desenrolar em 2020.

O prefeito cita o grande movimento de motoristas de aplicativo na Cidade e a necessidade de se regulamentar a atividade, trazendo qualidade e segurança ao serviço.

"Na medida em que não



ALEXSANDER FERREZ - 3/4/17

Em 2018, lei federal regulamentou atividade e definiu que motoristas de apps devem ter ao menos CNH B

há regulamentação, ocorre uma competição desequilibrada, pois, enquanto temos os táxis com registros, pagando taxas e com exigências de licenciamento, o transporte por aplicativo

não tem regramento legal".

Barbosa ressalta que o projeto partiu de uma reivindicação dos taxistas e que será debatido na Câmara para chegar a um formato que atenda aos ob-

jetivos do Município. "Visamos estabelecer regramentos que trarão benefícios à população".

### PROJETO

O projeto de 15 páginas

traz diversas regras, sendo que muitas delas fazem parte do serviço prestado pelas empresas de aplicativos, como as informações fornecidas aos usuários quanto ao motorista, modelo do carro, placa, mapa de percurso, avaliações e divulgação da estimativa do preço da corrida, entre outras.

Com fiscalização da CET-Santos, as empresas precisarão fornecer também ao Poder Público os dados sobre os percursos executados, tempo de viagem e trajetos. As sanções em caso de descumprimento vão de multas de R\$ 2,5 mil a R\$ 20 mil até o descredenciamento por cinco anos.

Se a lei for aprovada como está, os veículos precisarão ter no máximo oito anos, transportar até seis pessoas, descontando o motorista, e ter um adesivo de identificação no vidro dianteiro.

O projeto também trata do transporte compartilhado - vários passageiros podem viajar juntos, descer em pontos diferentes e dividir o custo da viagem. Por não ser remunerado, seria isento de taxa. Mas as empresas seriam autorizadas a intermediar e coordenar esse serviço.

### DEMAIS MUNICÍPIOS

Bertioga não respondeu, mas as demais cidades informaram que não têm regulamentado esse tipo de transporte. Guarujá afirma possuir lei, mas ainda pendente de regulamentação.

Itanhaém tem realizado reuniões para avaliar impactos da atividade na Cidade. São Vicente, Praia Grande e Peruíbe estudam possível regulamentação, enquanto Cubatão informa que não há lei para esse transporte.



**Sandro Thadeu**

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

### **Mercadante faz provocação à Unifesp**

O ex-senador e ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante (PT) lançou um desafio aos dirigentes da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - Campus Baixada Santista: a necessidade de se envolver mais no desenvolvimento pleno da região. A provocação foi feita na última terça-feira, quando ele esteve na Câmara de Santos para participar da sessão solene em homenagem aos 15 anos da instalação dessa instituição na Baixada Santista. O ato foi promovido pela vereadora Telma de Souza (PT). "A universidade precisa devolver mais conhecimento, inovação, atrair investimentos e produzir riqueza", frisou Mercadante. Conforme o ex-ministro, "a Baixada Santista está perdendo terreno para outras regiões e isso tem a ver com educação, ciência e tecnologia". Para ele, é preciso rediscutir a distribuição dos royalties do petróleo da camada pré-sal, pois nove cidades do Rio de Janeiro ficam com mais da metade dos recursos. "Santos precisa liderar essa mudança de critérios", frisou.

### **Desafios de sobra**

Mercadante afirmou que foram muitos obstáculos vencidos para conseguir viabilizar o campus da Unifesp na região, fato que ocorreu após "intensos debates".

### **Pedras no caminho**

O ex-ministro lembrou que "até para inaugurar o prédio aqui foi difícil". Ele fez referência ao Edifício Central da instituição, localizado na Rua Silva Jardim, na Vila Mathias. Embora a obra não estivesse pronta, o petista veio a Santos inaugurar o imóvel no dia 16 de fevereiro de 2012, quando era ministro da Educação. Na ocasião, os estudantes protestaram muito e diziam que a solenidade era "uma farsa".

### **Batalhadora incansável**

A ex-deputada estadual e federal Mariângela Duarte, que tinha como uma das bandeiras de mandato a instalação de universidades públicas na Baixada Santista, também compareceu ao evento.

### **Proposta tentadora**

O apresentador de TV William Leite foi convidado recentemente pelo deputado estadual Wellington Moura (Republicanos - antigo PRB) para se filiar à legenda e disputar uma cadeira no Legislativo de Santos. O parlamentar acredita que o jornalista pode ser "um novo outsider" e conquistar muitos votos.

### **Caindo no samba**

O deputado estadual Professor Kenny (PP) ainda faz mistério sobre a decisão de sair candidato a prefeito de Santos, em 2020. Ele participará hoje à tarde, na quadra da União Imperial, do lançamento do sambanredo de 2020 da Banda da Lazineha, "Ao Mestre, com Carinho", feito em sua homenagem. Há quem diga que o evento marcará o início da campanha dele ao Executivo.



marquinho

### **Fica a dica**

O vereador de Praia Grande Marco Antonio de Sousa, o Marquinho (PMN - foto), utilizou a tribuna da Câmara, na sessão da última terça-feira, para falar da falta de bom senso dos agentes de trânsito em determinadas situações.

### **Pisada na bola**

Ele revelou que tinha acabado de receber uma ligação de sua filha para dizer que multaram, de novo, o veículo dele, que estava estacionado na porta da própria casa. "Tudo bem que é guia rebaixada. Moro na última rua do Tude Bastos e o carro não estava atrapalhando em nada", justificou.

### **Meta traçada**

Presidente do PCdoB de Cubatão, Célia Azevedo disse que a sigla terá candidatura própria à Prefeitura. Três nomes já manifestaram esse interesse. São eles: o professor e diretor do Conservatório de Música Municipal Ivanildo Rebouças da Silva, Reginaldo Alves do Nascimento; o servidor municipal e escritor Cícero Gilmar Lopes; e o jornalista José Mário Alves Silva.

### **Troca de ideias**

Na quarta-feira, os três nomes participarão de uma reunião ampliada do diretório municipal para apresentar suas propostas e sugestões para o Município.



**Horário de funcionamento:**  
segunda a sexta das 8h às 18h  
**Sessões:** segundas e quintas,  
a partir das 18h

**Praça Tenente Mauro  
Batista de Miranda, nº 1  
Vila Nova - Santos/SP  
Telefone: (13) 3211-4100**

*\*Programação  
sujeita a alterações.*

## AGENDA da SEMANA

### 09 | SEGUNDA-FEIRA

17h30 Tribuna Cidadã  
18h00 77ª Sessão Ordinária de 2019

### 10 | TERÇA-FEIRA

09h00 Visita Monitorada  
15h00 Audiência Pública: Segurança no Sistema Anchieta/Imigrantes  
18h00 Audiência Pública: Bandas de Carnaval  
19h00 Solene: Dia do Soroptimista

### 11 | QUARTA-FEIRA

18h00 Audiência Pública: Regularização dos Serviços de Transporte por Aplicativo  
19h00 Sessão Solene: Dia do Clube 21 Irmãos Amigos

### 12 | QUINTA-FEIRA

15h00 Apresentação do Plano de Metas para 2020 pelo Executivo  
18h00 78ª Sessão Ordinária de 2019

### 13 | SEXTA-FEIRA

14h00 Audiência Pública: Saúde e as Políticas Públicas Voltadas ao Idoso  
19h00 Sessão Solene: Homenagem a André Luiz de Almeida Mendonça

## CURSOS DA SEMANA



Todos os cursos livres são gratuitos,  
abertos ao público e com certificação.

### 09 | SEGUNDA-FEIRA

09h00 às 13h00 Encontro das Escolas do  
Legislativo da Baixada Santista  
16h00 às 18h00 Comunicação Assertiva  
17h30 Apresentação do Coral Canto Mágico  
Galeria dos Presidentes - 1º andar

### 12 | QUINTA-FEIRA

18h30 às 20h00 Promotores Legais Populares  
(PLPS)

Obrigatoriedade de 75% de presença para  
emissão de certificados. Para participar é  
necessária a realização de inscrição prévia.

**LOCAL: AUDITÓRIO VEREADORA ZENY DE SÁ GOULART**  
**INSCRIÇÕES PELO TELEFONE: 3211-4133 OU**  
**escoladolegislativo@camarasantos.sp.gov.br**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS ESTÁ  
DE PORTAS ABERTAS PARA VOCÊ.**

[CAMARASANTOS.SP.GOV.BR](http://CAMARASANTOS.SP.GOV.BR)

[CAMARAMUNICIPALDESANTOS](https://www.facebook.com/CAMARAMUNICIPALDESANTOS)

[@CAMARADESANTOS](https://www.instagram.com/CAMARADESANTOS)

**DEFINIÇÃO.** Audiência na próxima segunda-feira vai definir situação

# Palácio da Polícia sob risco de interdição

» Uma situação alvo de reportagens do Diário do Litoral há quase cinco anos terá, na próxima segunda-feira (9), um 'round' judicial acirrado. Às 16 horas, na 1ª Vara da Fazenda Pública de Santos, acontece uma audiência da ação civil pública, promovida pelo Sindicato dos Policiais Civis do Estado de São Paulo na Região de Santos (Sinpol-san), contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, por conta da precariedade do prédio do Palácio da Polícia de Santos, localizado à Avenida São Francisco, no Centro da Cidade. O resultado pode gerar a interdição do imóvel, o que é contestado pelo Departamento de Polícia Judiciária do Interior - 6 (Deinter 6).

O advogado do Sinpol-san, Guilherme Jacob, releva que o perito deverá apontar o que tem que ser feito em caráter emergencial e qual a parte do prédio deve ser interditada.

"O perito já escreveu que a situação elétrica abrange todo o prédio, assim como a questão estrutural. Então, um acordo pode ocorrer no sentido de interditar o prédio", afirma.

O advogado reforça que a situação coloca em risco funcionários públicos e pessoas que circulam dentro e fora do prédio.

"Principalmente em relação à parte elétrica do imóvel. Não tinha sequer o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros). O prédio é antigo e sua estrutura está sobrecarregada e com risco de incêndio. A perícia já alertava, em 2015, essa possibilidade. Além disso, há problemas estruturais graves, inclusive na marquise", afirma, alertando que o processo já pedia, liminarmente, a interdição do prédio,

que foi negada pela Justiça.

O presidente do Sinpol-san, Márcio Pino, cobra o cumprimento da lei. "O que se espera é que a Justiça obrigue o Governo a fazer o que exige de prédios particulares: condições mínimas de segurança. O Palácio é ambiente de trabalho de policiais, mas é frequentado pela população. O prédio está causando perigo até nos arredores. Tem até uma escola do lado. Nessa ação detalha tudo", afirma, alertando que a situação do imóvel é insalubre e colide com a convenção 120 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil.

## NUNCA CHEGA

A situação do Palácio da Polícia já faz parte do cotidiano de quem circula a pé ou de carro pela Avenida São Francisco. As pessoas olham para o prédio e pensam que o edifício está passando por um processo de restauração. Mas, na verdade, a recuperação nunca chega.

As telas e os tapumes foram colocados como medida de segurança. Há muito que o Palácio precisa ser restaurado. Ele começou a ser construído por volta de 1944, numa área de quase três mil metros quadrados e oito pavimentos. As fachadas laterais são voltadas para as ruas Itororó e Martim Afonso, enquanto que o seu lado posterior é voltado para a Rua Bittencourt, no sopé do Monte Serrat.

Em junho deste ano, o secretário de Estado da Segurança Pública, general João Camilo Pires de Campos, afirmou que será analisado se há necessidade de retificação do projeto básico de reforma do Palácio. Ainda não há prazo



Teve que ser colocada proteção para evitar queda de alvenaria do prédio na cabeça de pedestres que circulam pelo entorno



Márcio Pino quer que a Justiça obrigue o Estado a cumprir seu dever: garantir a segurança

**Segundo advogado do Sinpol-san, perito deverá apontar o que tem que ser feito em caráter emergencial e se a interdição deve ser parcial ou total**

estimado para início da reforma e recursos garantidos. Pelo projeto atual, a obra custará R\$ 28 milhões.

Um encontro entre o secretário e vereadores ocorreu na Câmara de Santos. O presidente do Legislativo santista, o vereador Rui De Rosís (MDB), pediu agilidade na viabilização das obras. Campos, no entanto, disse na ocasião que a reforma do Palácio da Polícia entra no contexto re-

formas e modernização das delegacias paulista pelo Estado. Ele não deu prazo algum.

O secretário reconheceu que o prédio precisa de uma reforma e De Rosís frisou que a obra requer prioridade e urgência. "Quando e como não vou prometer", disse Campos. A vereadora Telma de Souza (PT) questionou o secretário sobre a possibilidade de uma antecipação dos recursos, alertando sobre os riscos

que o prédio oferece.

Uma possibilidade para a disponibilização da verba para esta reforma será a entrada dela no Plano Plurianual (PPA), que vai prever gastos do Estado de 2020 a 2023 e está em fase de elaboração, segundo o secretário.

Diante da indefinição sobre o futuro do Palácio da Polícia, a delegada Raquel Kobashi Gallinati, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindpesp), afirmou recentemente que a obra é uma "obrigação" do governo João Dória (PSDB).

"Aquele gestor que foi eleito pelo povo deve cumprir com suas obrigações. Existe uma necessidade urgente para que o Palácio tenha a estrutura adequada para continuar mantendo o seu trabalho e as suas funções", completou Gallinati.

## NOTADENTER

Em nota, a Assessoria do Deinter 6 informou que o projeto básico de reforma total foi concluído e aguarda liberação da verba do Governo. Garantiu que "quem frequenta, trabalha e conhece o Palácio da Polícia sabe que suas condições físicas e estruturais não requerem interdição e que todas as providências por parte da administração estão sendo tomadas", resultando no arquivamento de um processo pelo Ministério do Trabalho. (Carlos Rattton)